

# Lei ambiental depende de lobbies

LUIZ CARLOS QUEIROZ

BRASÍLIA — A nova constituição poderá trazer um capítulo inédito na história do país: uma lei específica sobre a defesa do meio ambiente. Mas a sua aprovação, segundo afirma o primeiro Vice-Presidente da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Fábio Feldmann (PMDB-SP), dependerá do poder de fogo de dois tipos de lobbies que certamente tentarão influenciar os constituintes. De um lado os grupos e entidades ecologistas, e do outro as indústrias poluidoras, fabricantes de "defensivos agrícolas", empresários da madeira e até mesmo as Forças Armadas, uma vez que a Subcomissão discutirá a questão nuclear.

— Teremos que lutar por três pontos básicos: o combate aos grupos contrários à aprovação dessa lei, mobilização da sociedade civil para o problema e, acima de tudo, vencer o desinteresse dos próprios parlamentares pela matéria — diz Fábio Feldmann.

A Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (que faz parte da Comissão de Ordem Social) está encarregada de discutir a questão ecológica, mas, no momento, apenas debate e recolhe sugestões que chegam de todos os pontos do país, para depois elaborar um projeto que será submetido à Comissão de Sistematização que se encarregará de dar forma e redação final sobre o capítulo ligado ao meio ambiente.

— Na realidade, o tema meio ambiente está envolvido em um jogo de pressões de grupos econômicos, principalmente das multinacionais, embora até o momento não tenham articulado movimentos contrários à aprovação da matéria.

O deputado paulista (que foi o único político eleito com uma plataforma exclusivamente ecológica) explicou que essa mobilização só não ocorreu ainda porque a Subcomissão não tem um esboço do que será o projeto. Ele afirma que, tão logo se tenha uma posição daquilo que a sociedade quer ver incluído na nova constituição, as multinacionais esta-

rão presentes para combatê-las, caso esses temas sejam contrários aos seus interesses econômicos.

Mas não é só das multinacionais que poderá vir a pressão sob os constituintes. Feldmann garante que, sobre o uso da energia nuclear, o lobby será feito principalmente pela área militar. Ele afirma inclusive que "a transição democrática feita pelo ex-Presidente Tancredo Neves, só foi obtida graças a um acordo com os militares, que possibilitou a continuação do programa nuclear".

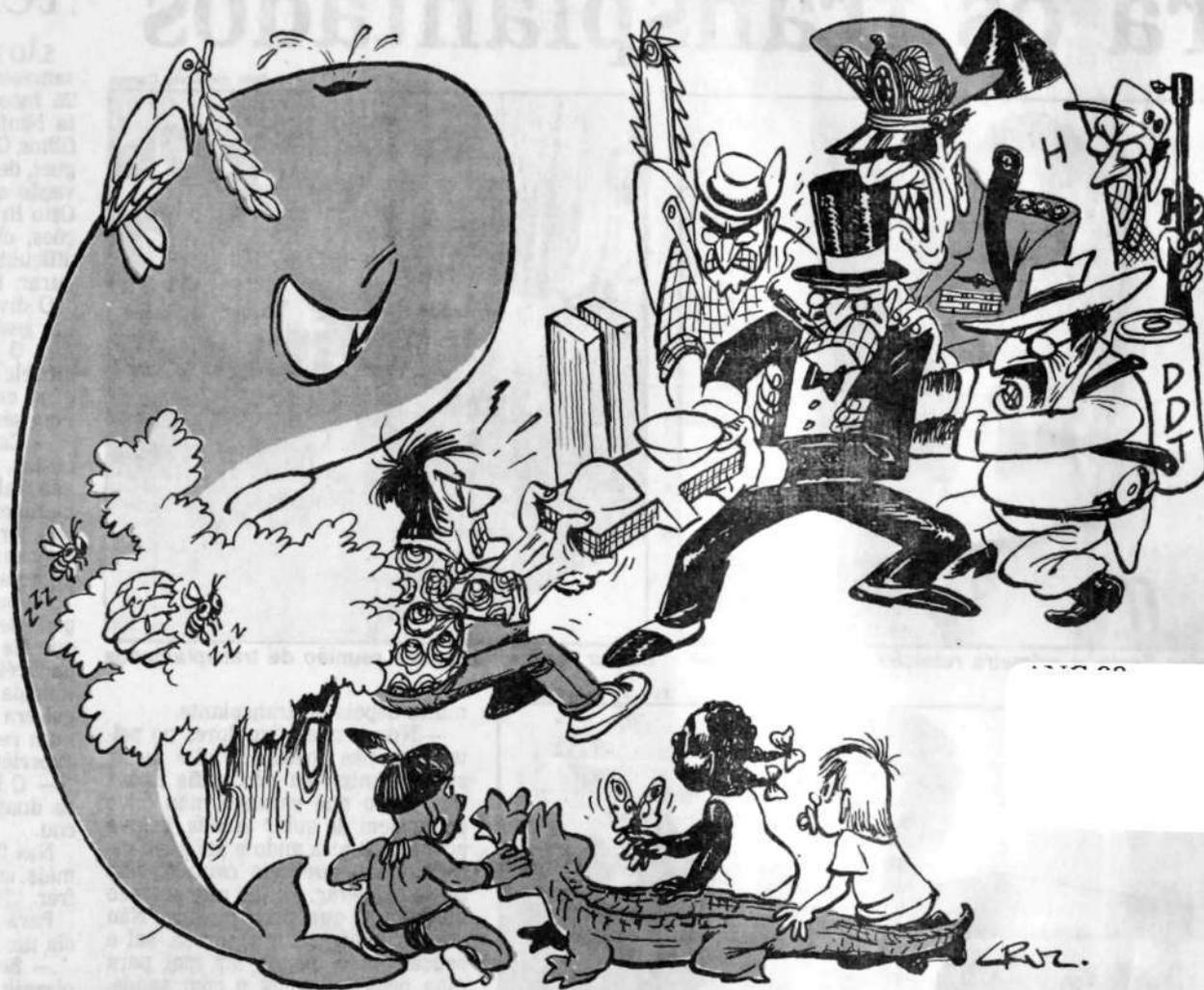
Fábio Feldmann acredita que a questão da energia nuclear será o ponto mais controverso, porque envolve militares e tratará, por exemplo, da fabricação da bomba atômica. Para o deputado, o programa nuclear e suas possíveis alterações será matéria para ser definida após muita discussão em plenário. E para ganhar batalhas como essa na Constituinte, será necessário uma ampla mobilização nacional.

Atualmente, pelo menos 600 entidades não governamentais ligadas ao meio ambiente já estão se agrupando, debatendo e enviando ao Congresso suas sugestões para o projeto. Mas a maior luta, porém, terá de ser vencida dentro da própria Constituinte para conscientizar os políticos da gravidade do assunto.

Sem a mobilização necessária e um trabalho de conscientização dos políticos, Feldmann teme que problemas, como o uso de agrotóxicos, a proteção das reservas ecológicas, entre outros, poderão ser vencidos facilmente pela máquina de pressão que será montada pelos grupos econômicos no Congresso na hora da votação dos projetos polêmicos.

Para tentar vencer essa batalha e conseguir colocar pela primeira vez na Constituição um capítulo relacionado ao meio ambiente, Fábio afirma que a Constituinte já conta até com o apoio de entidades internacionais.

— A constituinte brasileira está sendo acompanhada de perto pelos movimentos ecológicos internacionais, porque será futuramente um tema destacado em todas as discussões mundiais.



## Sugestões se amontoam na mesa do relator

O relator da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), tem tido dificuldade para conseguir juntar todas as propostas apresentadas por constituintes, populares e entidades civis e governamentais pois, desde o início dos trabalhos, centenas de sugestões chegaram ao Congresso.

Até agora só os constituintes já enviaram à subcomissão 182 propostas dentro dos três temas a serem anexados ao anteprojeto. Quase todas vem com o mesmo texto, quando se trata de meio ambiente: defendem que os responsáveis por crimes con-

tra a natureza sejam punidos e que cabe ao Estado dar recursos, fiscalizar e promover toda e qualquer tipo de defesa ambiental.

Mas alguns são radicais em suas reivindicações. O deputado Michel Temer (PMDB), por exemplo, sugere que se proibam edificações de mais de dois pavimentos em toda a orla marítima do país, numa distância de mil metros, contados a partir da linha inicial dos terrenos de Marinha. Outros, como o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), querem o Exército ajudando a fiscalizar santuários ecológicos, por considerar que é praticamente impossível para fiscais do IBDF, ou qualquer outro órgão, con-

trolar áreas de grande extensão, onde quadrilhas operam matando animais ou contrabandeando-os para outros países.

Além das propostas dos constituintes, o relator Carlos Mosconi terá ainda de avaliar os documentos contendo propostas de diversas associações, federações, comissões, conselhos, grupos e secretarias que participaram de audiências na Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Ele terá até o dia 25 deste mês para entregar um anteprojeto baseado em tudo o que leu, escutou e viu para ser analisado pela Comissão da Ordem Social.